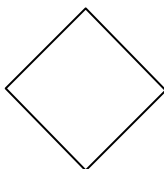


Diversidade linguística e ensino das línguas numa fase inicial da escolarização



*Isabel Hub Faria**

Actualmente, a população mundial ascende a mais de seis biliões de pessoas e calcula-se que existam no mundo entre 6000 e 7000 línguas vivas. 96% destas 6000 ou 7000 línguas são faladas apenas por 4% da população mundial. Esta distribuição revela a existência de um grande número de línguas utilizado por um reduzido número de falantes, a par de um pequeno número de línguas utilizado por uma larga faixa da população mundial. É em zonas situadas em ambos os lados do Equador – Ásia, Índia, África e América do Sul – que se concentra a maioria das línguas do mundo. Alguns especialistas têm vindo a anunciar que, durante o século que agora começa, se assistirá à morte de cerca de metade das línguas agora vivas.

A Europa tem cerca de 225 línguas nativas, das quais 40 são línguas nacionais, mas este número corresponde apenas a 3% do número total das línguas do mundo.

Percebe-se, assim, que só muito poucas línguas sejam usadas por centenas de milhões de pessoas. O Português é a sexta língua mais falada no mundo, com cerca de 200 milhões de falantes. Este número permite afirmar que o Português é a terceira língua europeia mais falada no mundo, depois do Inglês e do Espanhol. No entanto, na Europa, o Português é língua materna de apenas cerca de 3% da população europeia. As cinco línguas com maior número de falantes na Europa são o Russo, o Alemão, o Inglês, o Francês e o Italiano.

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Coordenadora Nacional do Ano Europeu das Línguas, 2001.

Cerca de dois terços da população mundial é bilingue ou mesmo plurilingue. Mas, apesar de o plurilinguismo ser mais frequente do que o monolinguismo, grande parte dos europeus ainda pensa que o mais comum é ser-se monolinguê. Na Europa de hoje, contudo, e com especial importância nos países da União Europeia, a aprendizagem de línguas, para além das línguas maternas, é considerada fulcral na formação e desenvolvimento de cada cidadão. É sabido que, na cidade de Londres, por exemplo, coexistem mais de 300 línguas. No entanto, poucos saberão que, nas escolas portuguesas, coexistem presentemente crianças de mais de 90 nacionalidades diferentes e um ainda maior número de línguas faladas pelas respectivas comunidades. A Europa do século XXI será, certamente, cada vez mais multilingue e multicultural. A mobilidade, os meios de comunicação, a aposta na sociedade de informação, os mercados globais asseguram, por si mesmos, o multilinguismo.

Na maior parte dos países da UE, Portugal incluído, o ensino básico irá assegurar o acesso à aprendizagem de duas línguas estrangeiras. O objectivo comunitário de se conhecer duas línguas, para além da materna parece, pois, vir naturalmente a cumprir-se, dentro de pouco tempo, relativamente à camada mais jovem da população.

Algumas questões se levantam, no entanto, no que toca à escolha e ordenação da '1.ª língua estrangeira' e da '2.ª língua estrangeira', questões que, à partida, podem colocar objectivos e preconceitos nos dois pratos da balança, já que as escolhas nem sempre se associam ou complementam, por natureza e procedimentos.

Como ponderar e optar por uma dada língua, tendo em conta, por um lado, o leque diverso da possível oferta e, por outro, o desenvolvimento linguístico, social e cognitivo de crianças que se encontram em fase inicial da escolarização? Optar pelas línguas a que a criança está ou possa estar diariamente exposta, no seu contexto familiar e comunitário? Optar pela língua da escola, no caso de esta ser diferente da língua materna da criança? E, já que se encontram situadas no mesmo nível de ensino, ainda que ordenadas no tempo, como caracterizar e distinguir entre estatutos de '1.ª língua estrangeira' e '2.ª língua estrangeira'? Sendo ambas obrigatórias, haverá vantagem numa opção que acentue a divergência ou o contraste entre a 1.ª língua estrangeira e a 2.ª ou, pelo contrário, será mais rentável optar por uma 2.ª língua estrangeira que assegure uma certa convergência com a 1.ª língua estrangeira escolhida?

Na impossibilidade de apresentar soluções, limitar-me-ei a equacionar alguns aspectos que me parecem desencadear, do meu ponto de vista, o planeamento de percursos, a formulação e a reformulação de objectivos e alvos a atingir, ao mesmo tempo que permitem avaliar alguns dos preconceitos

frequentemente reconhecíveis nas opiniões que o cidadão comum tem, sempre que se trata da aprendizagem de línguas não maternas.

Escolher diversamente, de entre a diversidade de ofertas

Começamos por observar quatro tipos de opção por uma dada língua estrangeira. Cada opção incorpora um preconceito que constitui uma espécie de ‘razão de ser’ da opção:

Opção 1 – *Escolher uma língua de ‘grande expansão internacional’.*

Opção 2 – *Escolher uma língua maioritária ou de ‘grande expansão’ na Europa.*

Opção 3 – *Escolher língua que é de comunicação na região da Europa em que se vive, seja ou não uma língua de grande expansão a nível da Europa ou do mundo.*

Opção 4 – *Escolher uma língua, tendo em conta a sua inserção na família de línguas a que pertence.*

Opção 5 – *Escolher uma língua tendo em conta o grupo tipológico a que pertence.*

Opção 6 – *Escolher uma língua a partir dos interesses e outros factores pessoais.*

Subjacente à Opção de tipo 1 encontra-se frequentemente a ideia de que, aprendendo-se uma língua de grande extensão internacional, fica logo completamente resolvida a questão da comunicação que se tem de fazer em língua não materna. Desconhecem muitas vezes os defensores desta opção que, em largas regiões do mundo e nomeadamente da Europa, a tal língua por que se optou, no pressuposto de que actuará um pouco por todo o lado como ‘língua franca’, pode não ser utilizada ou mesmo conhecida. E assim, apesar de se tratar de uma opção que envolve alguma preocupação de universalidade e globalização, os problemas de compreensão, produção e comunicação ‘internacional’ podem, muito bem, continuar a subsistir.

As observações a fazer para a Opção de tipo 2 são semelhantes às anteriores, mas agora com especial atenção ao continente europeu onde a língua por que se opta é maioritária, ou seja, é falada por uma elevada percentagem da população europeia. Acontece que, mesmo sendo essa língua maioritária no continente, pode, no entanto, não se apresentar harmoniosamente distribuída em todo o continente e não ser praticamente utilizada numa dada região desse mesmo continente.

Pelo seu lado, uma Opção do tipo 3 irá privilegiar a vertente comunicativa e o conhecimento sócio-cultural, a nível do local em que pretende inserir-se, enquanto uma Opção do tipo 4 pode pretender rentabilizar o conhecimento anterior que se tenha de uma dada língua da mesma família, tal como uma Opção do tipo 5 pode pretender rentabilizar o conhecimento anterior de uma língua que apresente um conjunto de parâmetros gramaticais comuns. Finalmente, uma Opção do tipo 6 valoriza, em termos individuais, o carácter instrumental do conhecimento de uma dada língua.

No entanto, uma questão de fundo se mantém: Será que o cidadão europeu considera razoável ou até ‘natural’ o ‘desafio’ do plurilinguismo? Se trocarmos com algumas pessoas impressões sobre esta questão, facilmente verificamos que, subjacentes às diversas opções que se podem fazer, se encontra uma multiplicidade de modelos e representações do que vulgarmente se designa por ‘diversidade linguística’?

Preconceitos subjacentes à conceptualização da diversidade linguística

A forma como cada cidadão concebe a diversidade linguística pode, de algum modo, regular a sua predisposição para aprender outras línguas, para além da sua língua materna. Ainda que de forma muito esquemática, iremos focar algumas das representações que, ao nível do senso comum, nos parecem mais frequentes.

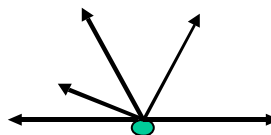
1. Representação do tipo A – ‘o mito de Babel’



Diversidade linguística

Representação A

Pré-conceito
o mito de Babel



- ponto de partida comum (*‘no início toda a gente se entendia’*)
- progressivo afastamento (*‘castigo’*)
- As línguas ficam cada vez mais distantes (mais diversas)

Subjacente ao conceito de diversidade linguística está a ideia de que, no princípio de todas as coisas, existiria apenas uma língua em que todos comunicavam. Em consequência de um castigo (Babel), várias línguas teriam surgido, impedindo assim ou dificultando o entendimento entre os falantes das diferentes línguas. Esta ideia assenta na representação de um ponto de partida comum de onde derivam todas as línguas, as quais se afastam cada vez mais umas das outras e se diversificam, à medida que se desenvolvem.

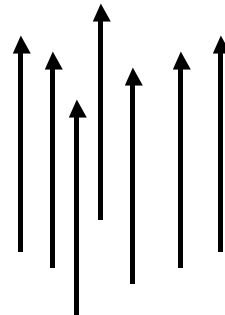
2. Representação do tipo B – ‘a questão da sobrecarga cognitiva’



Diversidade linguística

Representação B

Pré-conceito



- as línguas são independentes umas das outras e os seus percursos são totalmente autónomos

A ideia subjacente a este tipo de representação é a de que, desconhecendo-se a verdadeira origem das línguas e na ausência de um ponto de partida comum, as línguas devem ser independentes umas das outras e os seus percursos devem desenvolver-se autónoma e paralelamente.

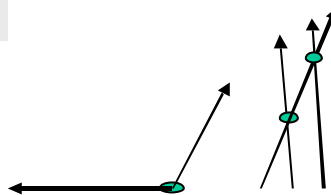
3. Representação do tipo C – ‘variação e contacto’



Diversidade linguística

Representação C

Pré-conceito



- cada língua tem uma evolução própria
- ao longo do seu percurso, uma língua pode cruzar-se com outra (contacto/mudança) e passa a partilhar algo com ela
- as línguas mantêm-se distintas nos outros aspectos (diversas)

A ideia subjacente é a de que, independentemente da sua origem, cada língua tem uma evolução própria e, ao longo desse percurso, entra em contacto com outras línguas, passando a partilhar algo com elas, mantendo-se diversa, no entanto, a evolução inerente a cada língua.

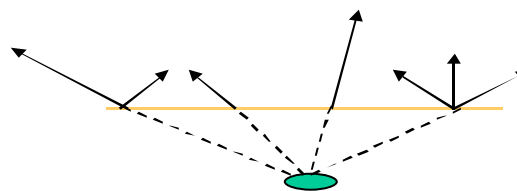
4. Representação do tipo D – ‘a hipótese da faculdade de linguagem’



Diversidade linguística

Representação D

Pré-conceito



- as línguas são diversas mas têm uma natureza comum subjacente (GU)
- nos percursos de evolução das línguas (divergência), a faculdade de linguagem mantém-se activa para uma língua não materna

O pressuposto subjacente é o de que, independentemente da sua especificidade aparente (diversidade), as línguas partilham uma natureza comum, subjacente e universal, a qual constitui a própria faculdade de linguagem do ser humano. Independentemente dos percursos evolutivos de cada língua natural, cada ser humano mantém activa essa faculdade para aprender ou adquirir outras línguas, ao longo da sua vida de falante, accionando essa faculdade sempre que fica suficientemente exposto a línguas.

Consequências para a aprendizagem, com base no conceito que se tem de diversidade linguística

Aqueles indivíduos cujos conceitos de diversidade linguística assentam em representações de tipo A ou B, consideram, necessariamente, que aprender línguas é uma tarefa difícil, por vezes penosa, que implica esforços adicionais e constitui uma sobrecarga cognitiva para o falante. Propor-se aprender uma língua estrangeira, tendo estas representações interiorizadas, corresponde a admitir ter de ‘voltar ao princípio’, porque em cada novo percurso o aprendente fará tábua rasa dos conhecimentos adquiridos anteriormente, no âmbito da sua língua materna ou de outras línguas que tenha tentado aprender. Para esses aprendentes, a aprendizagem de uma nova língua constitui, sempre, um percurso distinto (diverso) dos anteriores.

Os sujeitos cujos conceitos de diversidade assentam em representações do tipo C partem do pressuposto de é mais fácil aprender línguas quando estas pertencem a uma mesma família de línguas (perspectiva mais histórica) ou quando partilham alguns parâmetros gramaticais (perspectiva mais tipológica). Num caso ou noutro, e independentemente dos tipos de competências e do grau de desenvolvimento do conhecimento em cada língua, a tarefa de aprendizagem é, de algum modo, à partida, considerada mais fácil, uma vez que cada experiência nova pode contar com alguns dos conhecimentos adquiridos previamente.

Finalmente, alguns aprendentes partirão da representação de diversidade linguística de tipo D que assenta em pressupostos teóricos da Teoria Linguística e da Gramática Teórica. De qualquer forma, e com base numa representação do tipo D, o indivíduo compreende que poderá aprender línguas não maternas accionando, a par de outras capacidades cognitivas de atenção, percepção e memória, a faculdade da linguagem de que dispõe, entendendo a diversidade das línguas à luz da forma como cada língua se organiza em função de princípios universais e da marcação dos respectivos parâmetros.

Por outras palavras, as representações C (contacto/tipologia) e D (faculdade da linguagem) são mais promissoras do que as A e B, do ponto de vista da motivação para a aprendizagem de línguas não maternas. Por um lado, são empiricamente mais prováveis, constituem uma base teórica com possíveis aplicações na pedagogia e na didáctica, permitem avançar na pesquisa e desenvolvimento de estratégias de processamento das produções verbais orais e escritas, abrindo para o desenvolvimento de novos métodos e de novos meios de aprendizagem das línguas.

As representações C e D são empiricamente mais prováveis porque preservam o princípio de exposição às línguas (contacto) como desencadeador de mudanças e desenvolvimento. De facto, observadas as mudanças que têm lugar ao longo do tempo de vida das línguas ou de vida do indivíduo, percebe-se que tais mudanças não se dão de forma aleatória mas sim segundo determinados princípios e numa dada ordem.

A aquisição de diferentes tipos de competências (de comunicação, de compreensão ou de produção) passa a poder ser encarada como não implicando nem a obrigatoriedade do desenvolvimento total de todas as competências nem o desenvolvimento de todas em simultâneo. Este aspecto pode funcionar como linha orientadora de planeamento da formação dos aprendentes, desde que sejam facultados meios para a avaliação, incluindo a auto-avaliação, de cada tipo de competência, sendo possível retomar o processo de aprendizagem noutra altura da vida do indivíduo ou noutros contextos.

As representações C e D constituem, também, bons pontos de partida para o desenvolvimento de novas metodologias e de meios facilitadores da aprendizagem. A aproximação modular das competências linguísticas permite tornar explícitas unidades e relações entre unidades – aspecto que se articula bem com o treino da memória explícita – bem como avançar no desenvolvimento de estratégias de processamento da língua oral e da língua escrita, articulando competências de natureza linguística com capacidades cognitivas de percepção, atenção, memória, e raciocínio. A aproximação comunicativa permite, pelo outro lado, articular competências linguísticas cognitivas, afectivas e sociais.

Ao longo deste Ano Europeu das Línguas irão vir a público, em versão portuguesa a cargo do Ministério da Educação, dois documentos lançados pelo Conselho da Europa, no âmbito do ensino, aprendizagem, avaliação e auto-avaliação dos meios e procedimentos que levam à aquisição e ao desenvolvimento da aprendizagem das línguas naturais. Não vou aqui senão mencioná-los, já que serão alvo de outras apresentações, neste mesmo

ISABEL HUB FARIA

Encontro. Trata-se do Quadro Europeu Comum de Referência e do Portfolio Europeu de Línguas. Ambos os documentos se encontram interligados, apontando para uma visão mais ampla, mais realista, mais integrada e mais globalmente europeia dos métodos, das situações de aprendizagem, das práticas e da avaliação dos conhecimentos linguísticos.

É sobre estes documentos que falará seguidamente a minha colega Glória Fischer.